



## Relatório INSP-2019-0110

### BI-2019-0049

#### 1 – Dados gerais

##### 1.1 - Inspeção

**Data:** 29/05/2019 **Hora:** 9:20 **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** João PRFB. Silva

##### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito do plano de atividades.

No local foi contactado o Sr. Pedro António Vieira, encarregado da produção, a Sr.ª Isabel Maria Teixeira Santo Cristo Azevedo, escriturária e a Sr.ª Flávio Miguel Serpa Gomes, técnico superior.

Foi realizada uma ação inspetiva em 2017-09-07, da qual resultou o relatório INSP-2017-0329, de 6 de outubro de 2017, sobre a produção e descarga de águas residuais.

Foi realizada uma visita às instalações, foram solicitados esclarecimentos sobre aspetos ambientais, nomeadamente separação e encaminhamento de resíduos, águas residuais, emissões atmosféricas e deteção de fugas em equipamentos de frio.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

##### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Cooperativa Ocidental CRL.

**NIPC/NIF:** 512106428

**Sede/morada:** Vales, 1

**Código Postal:** 9970-380

**Freguesia:** Santa Cruz das Flores

**Concelho:** Santa Cruz das Flores

**Ilha:** Ilha das Flores

##### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Cooperativa Agrícola Ocidental CRL - Fábrica de Laticínios (Sede)

**Endereço:** Vales, 1

**Código Postal:** 9970-380

**Freguesia:** Santa Cruz das Flores

**Concelho:** Santa Cruz das Flores

**Ilha:** Ilha das Flores

**Atividade principal:** 10510 - Indústrias do leite e derivados

**Período de funcionamento:** Das 8:30 horas às 12 horas e das 12:30 horas às 17 horas.



**Licenciamento da atividade:** Nº de Controlo Veterinário ATL 630, Autorização de Laboração “Classe B”, Alvará de Utilização N.º 03/14

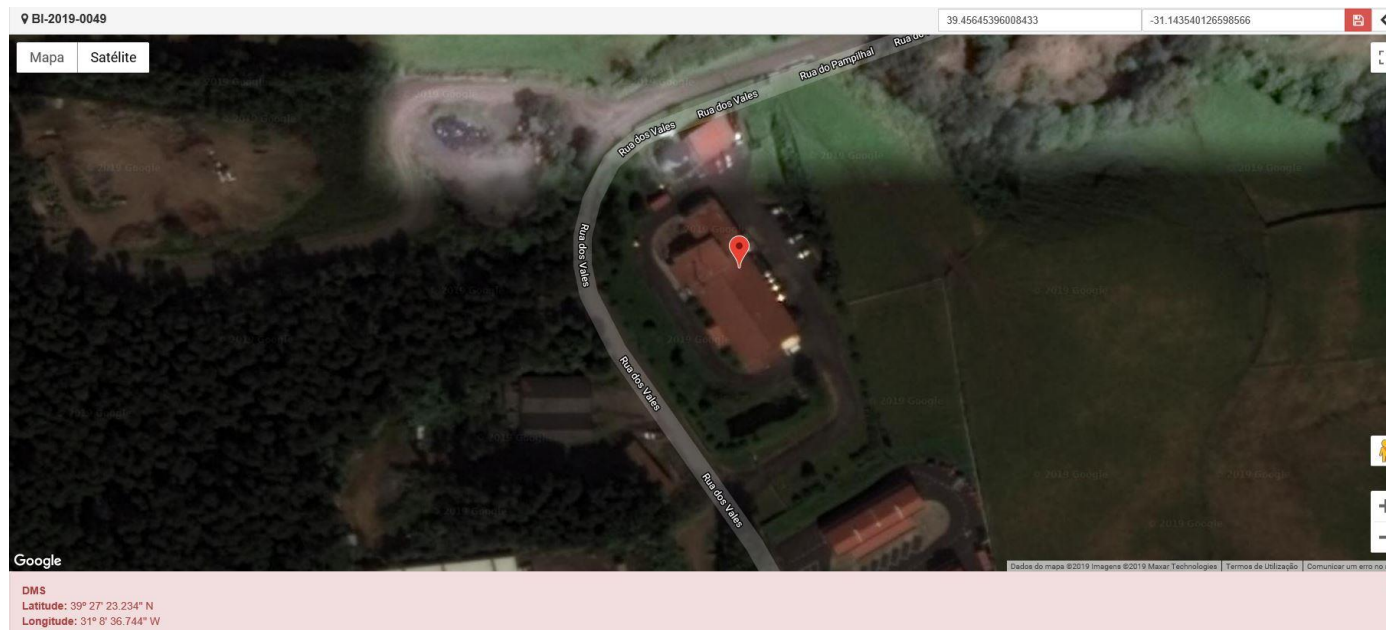


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A cooperativa tem três postos de receção de leite. Um em Ponta Delgada, um na Fazenda e outro na Boavista (Santa Cruz).

O estabelecimento utiliza o leite para produção de queijo, manteiga e iogurtes. Fornece a particulares leite pasteurizado entre 30 a 120 litros.

Segundo informação fornecida pelo Dr. Flávio Gomes, o soro produzido durante a produção é entregue aos agricultores para alimentação animal ou para espalharem nas pastagens.

A empresa tem uma caldeira que funciona a lenha, e 4 câmaras de frio.

## 3 – Água de consumo

### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

## 4 – Águas residuais

### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	WC, balneários	Fossa séptica	Solo
<input checked="" type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	Lavagem das salas, recipientes e maquinaria do processo industrial	Fossa séptica	Solo
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			

A descarga é efetuada em poço sumidouro, junto ao matadouro da Ilha das Flores. Este poço tem uma descarga de emergência que para a ribeira que passa junto ao mesmo e que vai afluir à ribeira dos barqueiros. O poço sumidouro está permanentemente cheio, pelo que deve estar colmatado, verificando-se que a descarga de emergência está sempre a derramar as águas residuais na ribeira.

### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;

### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não cumprido	
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	Não tem licença de descarga de AR





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

Não faz limpeza aos tanques de retenção de gorduras. As fossas estavam colmatadas com gorduras, não sendo o sistema mantido em funcionamento.

Fotos:



Foto 1 – Caixa retentora de gorduras não limpa.



Foto 2 – Vista das “fossas”.



Foto 3 – Pormenor de uma das “fossas” não limpa.



Foto 4 – Descarga do efluente não tratado na linha de água.



## 5 – Resíduos

### 5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos			
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Oficina, manutenção	Entidade de recolha de resíduos	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Escritório, armazém	Entidade de recolha de resíduos	

### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Verificou-se contentores com mistura de resíduos.
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Encaminha para OGR.
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Contentores de armazenamento de resíduos, sem identificação.
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Produz resíduos não urbanos e emprega mais de 6 trabalhadores.
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Desde 2012.
m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Submeteu o mapa referente a 2018 a 2019-02-07.
n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Embalador N.º EMB/0012959; Certificado ponto verde nº 2019/0004642.
o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 67/2014	Não aplicável	
t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	

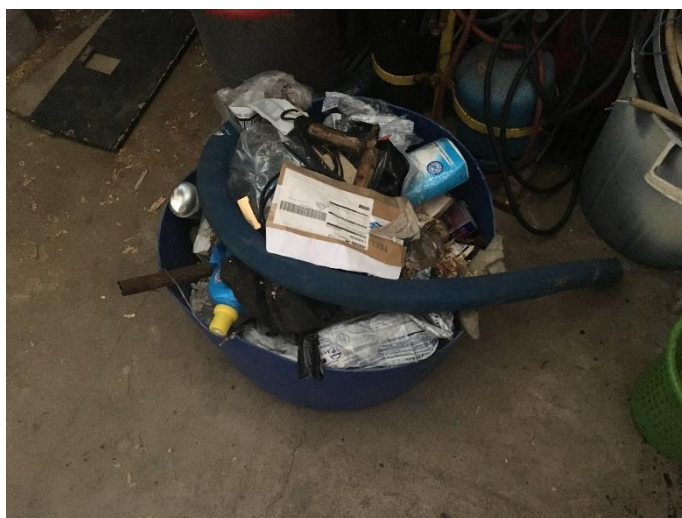


Foto 5 – Mistura de resíduos em contentor não identificado.



Foto 6 – Mistura de papel com plástico em contentor identificado como plástico.

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup>	Substâncias
DU - Utilizador final	Ácido Nítrico
DU - Utilizador final	Hipoclorito de sódio
DU - Utilizador final	Hidróxido de sódio (soda Caustica)
DU - Utilizador final	Bactoclor – Detergente desinfetante alcalino clorado (hipoclorito de sódio e hidróxido de sódio)

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Cumprido parcialmente	Não tinham as fichas de dados de segurança. A ficha de dados de segurança do hipoclorito de sódio fornecida (Erpidio Fernando Alves do Couto, Lda.), não é da mesma empresa que fornece o produto (Quimicaçor).
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não verificado	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
Caldeira	Pontual	Atividade industrial	Sem tratamento (caldeira a biomassa)

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não apurável	Não foi possível determinar a potência térmica da Caldeira. O fabricante entrou em insolvência em 2008, questionado a DRAIC, informou que a Caldeira está registada, mas não consta do registo a potência térmica da mesma.
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não verificado.	
i) Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização.	n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

## 7.2 – Utilização de gases fluorados

### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO <sub>2</sub> *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO <sub>2</sub> < 5		
5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50	L'Unité Hermetique; mod: CAJ 9510 Z; nº 6256330100	R-404-A
50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500	DWM Copeland; mod: DLFP-30X-EWL; nº 2162264	R-422-D
	DWM Copeland; mod: DLFP-30X-EWL; nº 2155484	R-422-D
	DWM Copeland; mod: DLEE-301-EWL; nº 2000817	R-422-D (54,58 TECO <sub>2</sub> )
	BITZER; mod: 2DC-3.2Y-40S; nº 1677109220	R-422-D
TECO <sub>2</sub> ≥ 500		

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

### 7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não cumprido	Não fez a verificação para deteção de fugas.
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Cumprido	Foi feita uma verificação em julho de 2019 pelo técnico certificado Ricardo MA Dutra, certificado n.º FLU 0636-A, da empresa certificada Praiotel - Comércio de Equipamento Hoteleiro, Lda. certificado n.º SAC 0680/2015.
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não cumprido	Não elaborou um registo.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não cumprido	Não comunicou os dados à autoridade ambiental
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

### 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

#### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade <sup>a)</sup>	Limiar (t/ano) <sup>a)</sup>	Consumo de solventes (t/ano)
----			

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

#### 7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

#### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	----	
3 ≤ Carga < 30	----	
30 ≤ Carga < 300	----	
Carga ≥ 300	----	

#### 7.4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Zona Industrial	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

## 9 – Instalações sujeitas a outros regimes

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

### 9.2 – Roedores, invasores e comensais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Indústrias alimentares, das bebidas, do tabaco

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2012/A	Não verificado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	

### 9.3 – Doença do legionário

#### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	
ii) Condensadores evaporativos	Não verificado	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não verificado	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não verificado	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

#### 9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não verificado	

### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):



## 5. Descargas ou injeções de poluentes nas águas se superfície ou subterrâneas que requeiram TURH

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Não cumprido	

## 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- A utilização dos recursos hídricos sem o respetivo título (rejeição de águas residuais), em violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei 58/2005, de 29 de dezembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea a) do n.º 3 do art.º 81º do Decreto-Lei 226-A/2007, de 31 de maio;
- Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras em violação do disposto no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- Incumprimento do dever de identificação dos contentores utilizados na armazenagem de resíduos, com nome comum e código LER, em violação do disposto na alínea f) do art.º 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- O incumprimento da obrigação do envio do plano interno de prevenção e gestão de resíduos para aprovação, em violação do disposto nos n.º 2 e 3 do art.º 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista pela alínea b) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- O incumprimento da obrigação de reunir, manter disponível e disponibilizar a informação relativa à ficha de dados de segurança, em violação do disposto no artigo 36.º do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea u) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei nº 293/2009, de 13 de outubro;
- O incumprimento de realizar verificações periódicas para deteção de fugas em equipamentos que contenham gases fluorados em quantidades iguais ou superiores a cinco toneladas equivalentes de CO<sub>2</sub>, nos termos previstos no artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro;





- g) O incumprimento da obrigação de manter um registo atualizado dos equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa, em violação do disposto no artigo 6º do Regulamento (CE) nº 517/2014 de 16 de abril;
- h) Não comunicou à Agência Portuguesa do Ambiente, na plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, até 31 de março, os dados relativos ao ano civil anterior sobre as quantidades de gases fluorados existentes, adicionadas e recuperadas, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 145/2017, de 30 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do diploma citado;
- i) A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do diploma citado.

## 11 – Indicações e medidas adotadas

Notificação da empresa para proceder à regularização das infrações detetadas, nos seguintes termos:

- 1) Relativamente à infração descrita na alínea b), deverão implementar medidas que permitam a separação de todas as tipologias de resíduos produzidas, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, nomeadamente pela disponibilização de contentores nos locais de produção, que permitam proceder à separação por tipologias de resíduos;
- 2) Relativamente à infração descrita na alínea c), deverão passar a identificar todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos, com nome comum e código LER;
- 3) Relativamente à infração descrita na alínea d), deverão elaborar e enviar o plano interno de prevenção e gestão de resíduos (PIPGR - <http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-residuos/conteudos/livres/PIPGR.htm>) à Direção Regional do Ambiente, Divisão de Resíduos ([residuos.dra@azores.gov.pt](mailto:residuos.dra@azores.gov.pt)), para aprovação;
- 4) Relativamente à infração descrita na alínea e), deverão passar a reunir e manter disponível informação relativa às fichas de dados de segurança (FDS), fornecidas pelo fabricante dos produtos químicos em uso no estabelecimento;
- 5) Relativamente à infração descrita na alínea f), deverão passar a realizar verificações periódicas para deteção de fugas nos equipamentos que contenham gases fluorados, em quantidades iguais ou superiores a cinco toneladas equivalentes de CO<sub>2</sub>, sendo no caso do compressor DWM Copeland; mod: DLEE-301-EWL; nº 2000817, a verificação semestral, nos restantes deverão determinar a quantidade de gases fluorados que cada equipamento contém para determinarem a periodicidade das verificações obrigatórias;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

---

- 6) Relativamente à infração descrita na alínea g), deverão elaborar e manter um registo atualizado, dos equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa, podendo utilizar a folha de excel disponibilizada pela Direção Regional do Ambiente (DRA) ([http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-ambiente/conteudos/livres/Eq\\_Ref\\_AC\\_BC.htm](http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-ambiente/conteudos/livres/Eq_Ref_AC_BC.htm));
- 7) Relativamente à infração descrita na alínea h), deverão passar a comunicar à Agência Portuguesa do Ambiente, na plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, até 31 de março, os dados relativos ao ano civil anterior, sobre as quantidades de gases fluorados existentes, adicionadas e recuperadas na sua instalação (<https://formularios.apambiente.pt/gasesf/>). Relativamente ao ano de 2018, deverão enviar à Direção Regional do Ambiente ([gfee.dra@azores.gov.pt](mailto:gfee.dra@azores.gov.pt)), a folha de excel disponibilizada pela DRA, devidamente preenchida;
- 8) Relativamente à infração descrita na alínea i), deverão proceder à constituição de uma ou mais garantias financeiras próprias e autónomas, alternativas ou complementares entre si, que lhes permitam assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.

-Relativamente à infração descrita na alínea a), levantamento de auto de notícia.

O Inspetor Principal